



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AFETIVIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM: A ABORDAGEM PELA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA**

GISELLE MARIA BRASILEIRO GUIMARÃES

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AFETIVIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM: A ABORDAGEM PELA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Giselle Maria Brasileiro Guimarães

AFETIVIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM: A ABORDAGEM PELA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em 30 de Janeiro de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.º Dr.º Rogério Correia da Silva - Avaliador

Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

Professora Giselle Maria Brasileiro Guimarães

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os “pequeninos” que cruzaram meu caminho e me ensinaram a autêntica forma de felicidade e que, para o amor, não há medidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me oferecido a oportunidade de vivenciar este momento e conhecer todas essas pessoas especiais para a minha história, enquanto profissionais.

Aos meus pais, Wilton e Dirce, pelo apoio e carinho.

Às minhas filhas, Maysa e Bia, pelo companheirismo, dedicação e incentivo para que eu pudesse concluir mais esta importante etapa de minha vida.

À Silvani e Raiany, fiéis companheiras, amigas e grandes parceiras de todos os momentos.

Vocês foram amigos e companheiros, sempre me incentivando a prosseguir.

Obrigada!

“Escola é... O lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, sala, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela! Ora, é lógico...Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.”

Paulo Freire

RESUMO

Esta análise objetiva refletir sobre as relações de afetividade e ensino-aprendizagem que se estabelecem entre gestor/professor/aluno em uma escola pública de educação infantil, fundamentada no pensamento Walloniano. Henri Wallon, teórico que deu base para este estudo acerca da afetividade na relação professor/aluno para o sucesso da aprendizagem das crianças da Educação Infantil, destaca a emoção como vínculo primeiro e de fundamental importância nas relações humanas. De forma que observando a relação gestor/professor/aluno, vê-se a presença constante da emoção. A partir daí, fundamentam-se os processos reflexivos sobre as relações entre afetividade e ensino-aprendizagem na educação infantil, ressalta-se a importância do tratamento humanizado e da prática responsável da docência, com auxílio do gestor, principalmente àqueles que se encontram no início da escolarização.

Palavras-chave: afetividade, relação gestor/professor/aluno, ensino-aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE AFETIVIDADE	13
2. O PAPEL DO GESTOR E DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO	16
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
4. REFERÊNCIAS.....	26
5. ANEXOS	28

INTRODUÇÃO

Esta análise objetiva refletir sobre as relações de afetividade e ensino-aprendizagem que se estabelecem entre gestor/professor/aluno em uma escola pública de educação infantil. Nesse sentido, busca-se analisar as ações que devem permear a função do gestor acerca da necessidade da afetividade, visando ao processo de ensino-aprendizagem prazeroso e de qualidade, garantindo a permanência e o prosseguimento dos estudos das crianças da educação infantil.

Nesta reflexão, inicialmente apresenta-se o delineamento do tema de forma ampla, ou seja, a afetividade como peça fundamental no processo ensino-aprendizagem. Por isso, enfatiza-se que é a qualidade da relação gestor/professor/aluno que favorece diretamente a aprendizagem significativa. Nesta vertente, o papel do gestor torna-se de suma importância para a efetivação de uma relação professor-aluno mais harmoniosa e, conseqüentemente, um ambiente escolar propício ao ensino-aprendizagem.

A escolha do tema afetividade e ensino-aprendizagem se deu frente à necessidade de compreender o quanto a relação gestor/professor/aluno é importante para o processo de ensino-aprendizagem. Importante, também, para refletir sobre a necessidade da participação do gestor neste processo, não somente como um especialista pedagógico, mas também como mediador dos conflitos, parceiro do professor e principalmente amenizador de problemas.

Assim pensando, destaca-se que a qualidade da relação gestor/professor/aluno interfere diretamente no processo ensino-aprendizagem e cabe ao gestor analisar, refletir diariamente se esta relação realmente tem contribuído qualitativamente para a aprendizagem, ou se tem sido motivo de indagações, questionamentos e, até mesmo, se está interferindo negativamente no resultado esperado. Desta forma, indaga-se: qual a ligação da afetividade com o ensino-aprendizagem? De que forma a relação entre professor e aluno favorece o processo ensino-aprendizagem? Quais as contribuições da teoria Walloniana para a relação gestor/professor/aluno? Como o gestor pode contribuir para a melhor qualidade da relação professor/aluno?

O percurso teórico metodológico iniciou-se com a contextualização da pergunta problema na literatura e no referencial teórico, por meio das fontes primárias e secundárias. Adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i)

seleção do autor que constitui o referencial teórico da monografia. (ii) levantamento de várias abordagens sobre afetividade. (iii) análise da influência da afetividade para o desenvolvimento da intelectualidade. (iv) análise da relação gestor/professor/aluno e o desenvolvimento dos alunos na instituição em questão. Enfatiza-se que foi realizada uma busca aberta no Google, usando como termos de busca: “artigos acadêmicos gestor escolar e afetividade”, “relação professor/aluno e afetividade”, “teorias sobre afetividade”, “afetividade e intelectualidade”.

A análise ocorreu no Centro Municipal de Educação Infantil “Primeiros Passos”, que recebeu este nome por entender que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e merece importância especial, por ser um período em que as crianças estão mais propícias à aprendizagem, devido a uma maior assimilação do conhecimento. A mesma está situada à Rua Juca Ilia, 21, no Bairro Boa Esperança, em São Gotardo - MG. O prédio foi construído pela Prefeitura Municipal de São Gotardo, através da Secretaria Municipal de Educação, com recursos próprios, para atender as crianças existentes na localidade, entre os anos 2005 e 2007.

A escola foi fundada em fevereiro de 2010, através da Portaria 003/2010. A Secretaria Municipal de Educação responde pelos serviços administrativos e pedagógicos da instituição, que funciona em tempo integral, no ensino da Educação Infantil, nas modalidades de Creche e pré escola. O horário de atendimento às crianças é de segunda-feira a sexta-feira, das 6h e 30min às 17h e 30min, durante o ano letivo, conforme o calendário feito pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pela Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas – MG.

A instituição é composta por uma secretaria e coordenação, um almoxarifado, uma cozinha, uma lavanderia, uma cantina, um banheiro para funcionários, um refeitório, uma sala dos professores, uma sala de reforço, um banheiro masculino, um banheiro feminino, um banheiro dos professores, uma sala de berçário, uma sala de maternal I, uma sala de maternal II, duas salas de Jardim I, uma sala de Jardim II, varanda coberta e área livre para recreação.

A equipe de profissionais que compõe a instituição é de 08 auxiliares de serviços gerais, 02 secretárias, uma diretora e 02 vigias. O corpo docente é constituído por 03 Professoras P I e 15 Professoras Auxiliares de Educação Infantil, legalmente habilitadas, obedecendo as normas de disposições legais e regulamentares. Entendida como um organismo vivo e dinâmico faz-se necessário

possibilitar sua participação nos diversos momentos e situações de formação continuada como planejamento da rotina, do tempo e atividades; reuniões para estudos relevantes; palestras e cursos de capacitação internos e externos, oferecidos pela Secretaria de Educação e outros, propiciando aos professores e a outros profissionais da educação, momentos de reflexão e atualização de seus conhecimentos e da prática pedagógica.

Os profissionais da instituição estão em constante diálogo com seus pares, com as crianças, com as famílias e toda a comunidade escolar, buscando informações necessárias a uma aprendizagem contextualizada e de qualidade.

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças até o momento da saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

Os conteúdos a serem trabalhados tem em vista a interação entre as áreas de conhecimento, os aspectos do desenvolvimento com a construção de conhecimentos e atitudes, em acordo com as características e especificidades do universo infantil. As dimensões motoras, cognitivas, afetivo-social e a formação de hábitos, juntas, compõem os conteúdos pedagógicos básicos próprios da faixa etária das crianças da instituição. O modo como são organizados os conteúdos giram em torno de Temas Integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas ou dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

Observa-se, ao longo dos anos, que não basta somente o Projeto Político Pedagógico - PPP bem elaborado, mas que sua execução deve ser pautada na afetividade e na boa relação gestor/professor/aluno, para a formação integral da criança, principalmente em seu aspecto afetivo, influenciando o desenvolvimento intelectual das crianças, o que é fundamental para a aprendizagem e que não fica explicitado no atual PPP (Anexo I).

A referida análise se torna indispensável para observar a influência das relações interpessoais no desenvolvimento intelectual dos alunos, dadas

circunstâncias de envolvimento do gestor e seu comprometimento para o estabelecimento de um ambiente prazeroso e harmônico. E apresenta como objetivo geral refletir sobre as relações de afetividade e ensino-aprendizagem que se estabelecem entre gestor/professor/aluno em uma escola pública de educação infantil. E como objetivos específicos estabelecer as ligações diretas entre a afetividade e ensino-aprendizagem e analisar a atuação do gestor e sua importância nas relações de afetividade entre professor/aluno, dentro de uma gestão democrática.

Na primeira seção, “Algumas abordagens sobre afetividade”, apresenta-se considerações de vários autores como Wallon, Piaget e Vygotsky sobre a afetividade e sua relação com o desenvolvimento da intelectualidade. Já na segunda seção, “O papel do gestor e da afetividade na relação professor/aluno”, busca-se esclarecer e enfatizar a função do gestor como mediador dos conflitos e como parceiro do professor em prol da afetividade e, conseqüentemente, da melhor qualidade do ensino-aprendizagem.

1. ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE AFETIVIDADE

Nascido na França, em 1879, Henri Wallon viveu em Paris até morrer, em 1962, onde levou sua vida buscando integrar a atividade científica à ação social, sendo marcada por intensa produção intelectual. (GALVÃO, 1995, pag. 145).

Considerava que entre a psicologia e a pedagogia deveria haver uma relação de contribuição recíproca. Via a escola, meio peculiar à infância e "obra fundamental da sociedade contemporânea", como um contexto privilegiado para o estudo da criança. Assim, a pedagogia ofereceria campo de observação à psicologia, mas também questões para investigação. A psicologia, por sua vez, ao construir conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento infantil ofereceria um importante instrumento para o aprimoramento da prática pedagógica. (GALVÃO, 1995, pág.98)

Grande parte do trabalho de Henri Wallon está voltada ao estudo da afetividade, o autor adota uma abordagem fundamentalmente social do desenvolvimento humano. Em sua psicogênese observamos a articulação entre os fatores biológicos e sociais para atribuir às emoções um papel de destaque na formação da vida psíquica.

Escreveu diversos artigos sobre temas ligados à educação, como orientação profissional, formação do professor, interação entre alunos, adaptação escolar. Mesmo em seus textos dedicados especificamente a temas da psicologia, são frequentes as referências à atividade da criança na escola. (GALVÃO, 1995. Pág.75).

A emoção, segundo Wallon, aparece como o primeiro e mais forte vínculo entre os indivíduos, sendo importante observar que são os detalhes, como a expressão facial, os gestos, as mímicas e o olhar, os componentes a serem observados, indicadores das atividades emocionais.

Wallon detalha minuciosamente as origens orgânicas da emotividade, menos para justificar uma visão biologicista e mais para destacar sua maneira de compreender a natureza humana. Para ele, o ser humano é organicamente social. Isso porque está nessa força da emotividade humana e em seu caráter contagioso e epidêmico as condições para que seja mediada pela cultura, interpretada pelo adulto e promotora, a partir de então, do desenvolvimento cognitivo da criança. (JUNQUEIRA, 2010, pág. 37).

No entanto, deve-se atentar às distinções entre a emoção e a afetividade. De acordo com as ideias de Wallon, as emoções fazem parte de manifestações de

estados subjetivos e elementos orgânicos. Por exemplo, o bebê pode expressar fome ou descontentamento com a posição em que se encontra através de contrações viscerais ou musculares, que são comunicadas por meio do choro. Para Wallon, o caráter biológico das emoções relaciona-se a função tônica. Já a afetividade é vista por um ângulo mais amplo e envolve uma série de manifestações que englobam sentimentos (aspecto psicológico) e emoções (aspecto biológico). Equivale ao desenvolvimento mais tardio da criança, quando os elementos simbólicos são construídos, a partir de então, ocorre a transformação das emoções em sentimentos.

De acordo com Leite e Tassoni (2005, pág. 49):

“Embora os fenômenos afetivos sejam de natureza subjetiva, isso não os torna independentes da ação do meio sociocultural, pois é possível afirmar que estão diretamente relacionados com a qualidade das interações entre os sujeitos, enquanto experiências vivenciadas, a fim de ampliar o horizonte da criança e levá-la a transcender sua subjetividade. Dessa maneira, pode-se afirmar que tais experiências vão marcar e conferir aos objetos culturais um sentido afetivo. Através desta interação com o meio humano, a criança passa de um estado de total sincretismo para um progressivo processo de diferenciação, onde a afetividade está presente, permeando a relação entre a criança e o outro, constituindo elemento essencial na construção da identidade”. (LEITE e TASSONI, 2005, p. 49).

A criança acessa o mundo simbólico por meio de manifestações afetivas que envolvem a mediação que se estabelece entre ela e os adultos com quem convive (LEITE e TASSONI, 2005). Dessa forma, cabe ao educador aprender a lidar com o estado emotivo da criança para estimular da melhor forma seu crescimento individual.

Numa vertente pedagógica, dentro de uma concepção Walloniana, a emoção e a inteligência são fatores de suma importância para o desenvolvimento infantil. A criança conhece o mundo usando da sensibilidade, da reflexão e ainda dos sentimentos, do pensamento e da imaginação.

Jean Piaget (1896-1980) também reconheceu que a afetividade é o agente motivador da atividade cognitiva. Para ele, a afetividade e a razão constituiriam termos complementares:

“A afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados e obter êxito nas ações”. (LEITE e TASSONI, 2005, pág. 18)

Vygotsky (1896-1934) que muitas vezes é considerado cognitivista, também questionava o dualismo entre as dimensões afetivas e cognitivas.

A ênfase no aprendizado socialmente elaborado emerge do trabalho de Vygotsky mais claramente nos estudos da memória mediada. É ao longo da interação entre crianças e adultos que os jovens aprendizes identificam os métodos eficazes para memorizar - métodos tornados acessíveis aos jovens por aqueles com maiores habilidades de memorização. Muitos educadores não reconhecem esse processo social, essas maneiras pelas quais um aprendiz experiente pode dividir seu conhecimento com um aprendiz menos avançado, não-reconhecimento esse que limita o desenvolvimento intelectual de muitos estudantes; suas capacidades são vistas como biologicamente determinadas, não como socialmente facilitadas. Além desses estudos de memória (cap. 3), Vygotsky explora o papel das experiências sociais e culturais através da investigação do brincar na criança (cap. 7). Durante o brincar, as crianças dependem e, ao mesmo tempo, transformam imaginativamente os objetos socialmente produzidos e as formas de comportamento disponíveis no seu ambiente particular. (VYGOTSKY, 1991, pag. 83)

A afetividade não se restringe ao contato físico, mas abrange as interações que se estabelecem entre as partes envolvidas e que demonstram intenções, valores, comportamentos, sentimentos, crenças e desejos. Outros autores complementam que a afetividade influencia decisivamente a percepção, a memória, o pensamento e as ações, sendo um componente essencial da harmonia e do equilíbrio da personalidade humana. Nestas abordagens, fica claro que a afetividade é primordial para a aquisição de conhecimentos e que nesta estreita relação, as conquistas do plano afetivo são utilizadas pelo plano cognitivo e vice-versa.

2. O PAPEL DO GESTOR E DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Ao entrar na escola pela primeira vez, é fundamental que a criança seja bem recebida, pois nesta ocasião ocorre certo rompimento de sua vida familiar e inicia-se uma nova experiência. Este primeiro contato deve ser o mais atencioso, carinhoso e individualizado possível, pois agora a figura da mãe, que representa, dentro de sua casa, segurança, carinho e atenção, é transferida para aqueles que estão diretamente em contato com a criança, como toda equipe escolar e, principalmente, a professora que passa a ser o centro das atenções. A entrada das crianças nas escolas, de certa forma, pode causar ansiedade às mesmas, bem como aos familiares e professores. São várias as reações que se manifestam neste período, algumas de fundo emocionais, outras sociais que marcam o tempo de adaptação, tão necessário para efetivação do processo.

Destaca-se que a escola é, sem dúvida nenhuma, o primeiro local, fora do contexto familiar, que a criança irá socializar-se. Mais que a aprendizagem, este primeiro momento da criança deverá ser voltado à integração, à socialização. Sendo assim, a criança deverá ter segurança neste ambiente, de certa forma compreender que está protegida para que reações como birra, choro, ansiedade, hiperatividade não venham atrapalhar este processo e não venham a se tornar causa de uma insatisfação escolar. É neste momento, como em tantos outros, que o papel do educador é tão importante, pois uma vez consciente de que poderá marcar positivamente ou negativamente a vida escolar das crianças, este agirá em prol de uma educação transformadora, e não repetidora de erros passados, ou até mesmo ações tradicionalistas que afugentam as crianças.

A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado. E o professor é quem prepara e organiza o micro universo da busca e do interesse das crianças. A postura desse profissional se manifesta na percepção e na sensibilidade aos interesses das crianças que, em cada idade, diferem em seu pensamento e modo de sentir o mundo (KRUEGER, 2008, pág. 132).

Na educação infantil, o contato direto da professora com cada aluno e com todo o grupo se dá o tempo todo e em todos os ambientes escolares, transformando-os em ambientes educativos e, por causa dessa proximidade afetiva,

a aquisição de aprendizagens se torna mais significativa e permanente. A criança se sente mais segura e protegida quando experimenta o convívio com pessoas que a tratam com carinho, que se mostram atenciosas e que reconhecem seus direitos e sua individualidade.

Por conseguinte, enfatiza-se que o professor dedicado, paciente e que demonstra atitudes de ajudar as crianças ao perceber seus gostos e preferências, mostrando que gosta delas, pode assim aproveitar ao máximo suas aptidões, estimulando-as para o ensino. O mesmo não acontece com o professor autoritário, que impõem suas vontades, fazendo com que as crianças percam todo o interesse e a motivação em aprender e levando-as a associar tal professor à disciplina, reagindo negativamente a ambos.

Acredita-se que o educador precisa livrar-se da indiferença diante de tudo o que acontece à sua volta, porque indiferença é falta de afetividade. Ser afetivo não é somente abraçar, beijar e procurar agradar a criança, mas sim, tomar atitudes de compreensão e respeito diante das diferenças e particularidades de cada um. Para isso, os profissionais da educação precisam se sentir como parte integrante do grupo, assumindo sua responsabilidade no sucesso da instituição. Os resultados só serão positivos, a partir do momento que os trabalhos sejam desenvolvidos sob o foco de uma gestão democrática, a observar a Lei 4.751/2012:

A Lei 4.751/2012, Lei da Gestão Democrática, propõe um novo modelo de gestão escolar, na qual a participação da comunidade escolar e a autonomia da escola tem papel de destaque. Tais características exigem do gestor, além de um programa de gestão pedagógica, administrativa e financeira, uma gestão afetiva, em que todos os envolvidos se vejam valorizados e respeitados. (LOPES, 2014, pág. 27).

Assevera-se que, conhecendo bem a realidade da escola, o gestor democrático deve partir do princípio da observação de tudo que ocorre ao seu entorno, com uma postura ética, tomando atitudes positivas, pautadas no respeito. As ações e comportamentos do gestor em todos os espaços escolares determinam o equilíbrio das relações interpessoais e a criação de laços afetivos. Uma gestão pautada no respeito, liberdade de expressão, valorização dos profissionais, garante o fortalecimento de tais laços. Conforme se sentem reconhecidos, os professores trabalham de forma mais dedicada, alcançando melhores índices de desenvolvimento de seus alunos. Características como discrição e transparência devem estar sempre presentes nas atitudes e iniciativas do gestor democrático.

Saber ouvir, saber se colocar e respeitar a opinião da comunidade escolar, transmitem confiança e acentuam as relações afetivas. Diante de posicionamento positivo do gestor, em situações adversas, os professores encontrarão mais segurança e tranquilidade para trabalhar, pois assim, despertará a confiança e o respeito, criando um ambiente harmonioso, prazeroso para o desempenho de suas atividades.

A observação diária do gestor, na escola em análise, aponta, claramente, a influência da afetividade, onde professores mais afetivos, dedicados, ampliam as possibilidades de desenvolvimento das crianças. A relação do gestor com os profissionais desta escola é pautada no respeito, carinho, atenção. Aqueles profissionais que se abrem para este posicionamento diante de situações adversas se destacam no desenvolvimento das atividades educacionais, pois repassam à comunidade escolar maior segurança em relação às crianças.

O art. 205 da Constituição Federal de 1988 (Cury, 2006, p. 1) deixa claro que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CURY, 2006, p. 1).

Como bem público, é cercado de proteção, desde a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, ao PNE e ainda os Conselhos de Educação. É preciso garantir esse direito dentro de nossas escolas, sendo o gestor, o principal agente a assumir e liderar a efetivação desse direito, lutando contra os preconceitos, a discriminação e retirando do esquecimento aqueles excluídos por suas precárias condições sociais, garantindo um padrão de qualidade, independente de seu nível socioeconômico, as adversidades enfrentadas e as inesgotáveis tentativas de inserção e permanência em instituições elitistas e excludentes.

Enfatiza-se que são inegáveis os esforços no sentido da universalização do ensino fundamental, pois através da educação, o cidadão é levado a apossar de conhecimentos e qualificações, participando e transformando nossa sociedade. O direito à educação não poderia partir do pressuposto da desigualdade e, cabe ao Estado, poder maior, intervir de maneira a garantir igualdade de condições, apontando conteúdos curriculares mínimos e formação básica comum. Por isso, destaca-se que junto à igualdade vem a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas que, articuladas por profissionais capacitados, com formação sólida,

que dominam métodos, conteúdos e técnicas de ensino, auxilia-os a exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas. Nesse sentido, Cury (2006, p. 11) afirma que:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados. (CURY, 2006, p. 11).

Salienta-se que um gestor, realmente compromissado e responsável, busca reiterar-se da população em idade escolar, fazendo-lhes a chamada pública, zelando pela frequência escolar, procurando os pais ou responsáveis para saber os motivos de faltas e possíveis causas de baixo rendimento escolar, esclarecendo que somente um trabalho em parceira Família/Escola será capaz de tirar seus filhos desta condição de baixo rendimento e possível evasão escolar, levando-os a compreender a proposta pedagógica da instituição e sua importância para o desenvolvimento pleno de seus filhos. Se, mesmo estando conscientes da importância da frequência das crianças à escola, os pais não zelarem por este quesito, cabe ao gestor notificar ao Conselho Tutelar e Assistência Social, que tomarão as primeiras providências, através de visitas, investigações e conscientização das famílias. Prevalendo a situação, o gestor notificará ao Ministério Público e ao juiz da Comarca a relação de alunos que apresentam uma quantidade de faltas excessivas.

Mas de nada adianta o acesso, sem primar pela permanência na escola. Sabemos que as instituições escolares tem, hoje, uma autonomia de gestão financeira e cabe ao gestor lidar com estes recursos, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, assistência à saúde e alimentação, destacando a última, em vista de que a grande maioria de alunos de escolas da periferia, buscam, nas instituições escolares, primeiramente alimentação, ficando, o ensino, em segundo plano.

Considera-se que em uma gestão democrática há uma abertura ao diálogo, proporcionando um melhor entendimento entre as partes envolvidas, para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico e um Regimento Interno coerentes com a realidade local, tornando-os a “carteira de identidade” da instituição. De acordo com Cury (2006, p. 18-19):

Cabe ao gestor elaborar propostas que devem ser retrabalhadas pelos estabelecimentos escolares de modo a deixar claro o calendário escolar, a organização pedagógica, os conteúdos curriculares, as formas de aproveitamento de estudos, os processos avaliativos e as formas de recuperação (quando necessárias). (CURY, 2006, p. 18-19).

A gestão democrática busca o diálogo como forma superior de interlocução, solução de conflitos e administração integrada. No sentido de genitora, busca a formação de uma nova forma de educação, voltada para a participação coletiva, capacitação e competência para liderar de forma transparente, expressando seus anseios de contribuição para a formação de uma sociedade democrática, consciente de seu poder de participação e decisões nas deliberações públicas.

O Centro Municipal de Educação Infantil “Primeiros Passos” pretende, em seu Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, situar e orientar, de forma flexível, todo o trabalho da instituição quanto aos procedimentos essenciais nas suas ações. Segundo Batista e Codo (1999, p. 189):

Educação não é obra de solista: ou se orchestra, ou não ocorre. Entre os professores tem de haver coordenação, diga-se cooperação em torno de objetivos comuns, entre funcionários (todos) e professores, tanto quanto entre alunos e corpo de professores e funcionários. É preciso construir, de alguma forma, uma comunidade de destino, por último, comunidade direta e indiretamente envolvida na escola precisa, de alguma forma, participar do processo. (BATISTA E CODO, 1999, p. 189).

Defende-se que saber lidar com a diversidade dos alunos é fundamental para gestores e professores, diante de questões sociais tão complexas. Partilhando as considerações do professor José Camilo dos Santos Filho (1999, apud CASTRO, 2000, p. 75), durante o III Seminário Regional de Gestão da Escola Básica, realizado na PUC – RS, quando ele afirma que:

Se a merenda escolar atrai alunos, devemos oferecer o máximo deste caráter assistencialista para garantir que as crianças venham para a escola. Assim, em vez de questionar o caráter assistencialista da escola, que se sobrepõe ao seu papel educacional, ele parece ser uma condição necessária e anterior à questão educacional. (CASTRO, 2000, p. 75).

Diante disto, depara-se com uma situação incomum, conflitiva e extremamente delicada. A migração de famílias oriundas do Norte e Nordeste do país, de regiões de extrema pobreza, atraídas pela grande oferta de trabalho na agricultura, forma grupos, na referida instituição, muito flutuantes, devido às idas e vindas destas famílias, que durante a entressafra permanecem em suas regiões de origem e retornam para o trabalho, durante a safra de café, batata, cenoura e outras culturas da região. As normas, os padrões e leis são completamente ignorados pelas

famílias causando uma indiferença absoluta, quando se trata da garantia dos direitos da criança à vaga na escola, apesar do que se lê no Regimento Escolar, Título V, Capítulo III, Da matrícula, Art. 52, Parágrafo 5º onde diz que “terá sua matrícula cancelada, o aluno que, sem justificativa, não comparecer à escola até o 20º (vigésimo) dia letivo, consecutivo após o início das aulas ou a contar da data de efetivação da matrícula, se esta ocorrer durante o ano letivo”. Parágrafo 6º onde estabelece que “antes de efetuar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deverá contactar o aluno e seus responsáveis, alertando-os sobre a importância do cumprimento da obrigatoriedade da frequência escolar” e parágrafo 7º dispendo que “será considerado evadido o aluno que, permanecer faltoso por período igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos anuais, computados consecutivamente ou não”. A gestora, então, torna-se a mediadora entre famílias e órgãos públicos como Assistência Social, Conselho Tutelar e Promotoria Pública, para fazer cumprir o Regimento Escolar.

Ressalta-se que com o nível socioeconômico muito baixo, mal se consegue definir quem são os responsáveis pela criança, levando a escola a assumir, desde problemas mais simples de saúde, até os mais graves problemas emocionais e de necessidades especiais. Nesse sentido, observa-se como as carências afetivas, nutricionais e cognitivas afetam o cotidiano da escola, causando grande desconforto nos professores e, até mesmo, na direção, pois se sentem impotentes para lidar com estes problemas sociais, como fome e desestrutura familiar. O caminho é conhecer a realidade do aluno, seus problemas e dificuldades, cultura e valores.

A desvalorização social da educação mostra a dimensão da crise de valores, quando depara-se com o vandalismo e o “prazer” em destruir aquilo que é da comunidade e para a comunidade, deixando a indagação: de que forma e para que fim deve-se educar? Isto exige do gestor novas competências e aptidões cognitivas-atitudinais para que ele possa cumprir sua função nesta nova realidade socioeducativa, recriando e reinventando novas práticas, inovando e reestruturando o trabalho em equipe, tornando a escola autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Por perceber grandes insatisfações, por parte dos professores, quanto ao desenvolvimento dos alunos, frustrações, falta de motivação e expectativas quanto ao rendimento escolar, a equipe gestora aproveita a oportunidade dos Módulos de Estudos para orientar os professores, transformando estes momentos em

capacitações, de acordo com as necessidades observadas previamente. Capacitar todos da instituição é o primeiro passo para evitar a frustração do professor, que por sua vez, não vê seu trabalho realizado satisfatoriamente.

Um estudo sobre o tema “Afetividade: um enfoque sobre aprendizagem”, desenvolvido durante os Módulos de Estudo pelos profissionais da instituição, sob a coordenação do gestor, no segundo semestre do decorrente ano, despertou, em todos os envolvidos no processo educacional, uma grande reflexão sobre o seu desempenho enquanto educador. Depara-se com diversas colocações, diante das reflexões: um grupo se identifica, de forma bem clara, com aquele professor afetivo, acolhedor, mas, para a grande tristeza, alguns se colocam como não conhecedores “desta teoria da afetividade”, o que é impossível, pois quem se forma em Pedagogia haverá de ter estudado, nem que seja superficialmente, as várias abordagens sobre afetividade. A partir deste estudo, observa-se a modificação de postura dos professores, pois se tornaram mais afetuosos, carinhosos, atenciosos, conseguindo, assim, um maior envolvimento com seus alunos e, por conseguinte, um maior nível de aprendizagem e rendimento escolar.

Ao longo de um tempo, observou-se que as relações interpessoais vão se desgastando com a convivência diária, gerando insatisfações pessoais, tornando as posições, perante os colegas de trabalho, insustentáveis, até que haja uma ruptura de culturas e concepções que cada profissional traz consigo, de outras escolas, outras vivências. A partir da observação da grande hostilidade entre os profissionais da instituição, foi feito um trabalho de “quebra de gelo”, de “se desarmar” diante os colegas, por meio de dinâmicas, mensagens, cartazes e relatos com os temas: “Gentileza gera gentileza” e “Gratidão”.

Durante os Módulos de Estudos, trabalhou-se dinâmicas onde cada um tivesse contatos físicos com os colegas, apesar de grandes resistências, a princípio. Brincadeiras que envolvessem grupos, em disputas, muito incentivaram a união de forças e o companheirismo. Mensagens entregues, no dia a dia, sempre alertando sobre o processo de educação e as relações pessoais. Cartazes espalhados pela escola, com ilustrações sobre o tema “Gentileza gera gentileza!”. Relatos de atividades trabalhadas coletivamente, com grandes repercussões na comunidade despertaram o interesse dos colegas a trabalharem de forma similar. Mas, o principal ponto deste trabalho, foi uma simples palavra: elogios. As pessoas só disputam poder quando se sentem inferiores às outras, necessitando se autoafirmar perante

os colegas, através de hostilidade, humilhações, disputas. Quando elogiadas, sentem que seu trabalho está sendo reconhecido e que seus esforços não estão sendo em vão, elevando a autoestima, o que leva a uma melhora significativa no desenvolvimento das atividades pedagógicas e um envolvimento maior com a comunidade escolar, sem reservas e sem medos de se sentir piores que os outros.

Destaca-se que a observação dos desenhos das crianças de turmas de professores mais atenciosos, apresenta notória a evolução do esquema corporal, enquanto em turmas de professores mais despreziosos, fica nítida a estagnação na evolução do nível de desenvolvimento intelectual e emocional dos educandos. Por isso, enfatiza-se que é preciso romper com este conceito de fragmentação da escola, onde cada um executa suas atividades, como se uma fosse desvinculada da outra, sem conexão e objetivos comuns. Todos unidos por uma educação de qualidade, centrada em um aluno real, dentro de uma instituição onde haja troca de experiências, conhecimentos, em constante diálogo entre as partes envolvidas no processo educacional.

Considera-se que um trabalho bem direcionado, com objetivos claros e metas a serem alcançadas, levou ao caminho certo. Formou-se um grupo de trabalho mais fortalecido, mais consistente, mais dinâmico, transpondo os muros da escola, tornando-se referência perante a comunidade escolar, pois demonstra a todos a grande satisfação em estarem juntos e desenvolverem um trabalho tão rico e engrandecedor.

Acredita-se que para que a escola cumpra bem suas funções, é necessária a participação efetiva de toda a comunidade escolar: direção, professores, familiares, enfim, todos envolvidos no processo educacional. Para que isso ocorra é preciso que se organize o processo de gestão sob nova forma: a gestão democrática e participativa. Isso não significa que, só abrir as portas da escola, para a comunidade escolar, seja o bastante. Torna-se essencial que esta comunidade tenha voz, seja reconhecida como parte integrante do processo educacional, sendo respeitada em sua singularidade, a fim de colaborar através de suas vivências, suas diversidades culturais, enriquecendo, ainda mais, o currículo executado pela instituição.

Posto assim, a equipe gestora abre as portas da escola, de modo que toda a comunidade seja envolvida, por meio de passeatas pelo bairro, gincanas entre famílias e funcionários da escola, avaliações institucionais, onde cada um avalia,

opina e tem suas reivindicações registradas, para posterior análise e possível aplicação. Na gestão financeira, a comunidade participa ativamente, fazendo parte de Conselho Fiscal, pesquisa de opinião sobre como reverter aquisições oriundas de rifas, festas juninas, feiras, sendo de grande responsabilidade, as decisões tomadas. A mudança na estratégia para as Reuniões de Pais tem uma aceitação grandiosa e uma participação maior, visto que cada família pode escolher o dia e o horário mais adequado para comparecer à escola, assumindo, assim, maior responsabilidade de participação.

A partir de estratégias de integração família/escola, a frequência escolar aumentou, a evasão escolar diminuiu significativamente e a confiança no trabalho desenvolvido pela instituição atrai, cada dia mais, a frequência das famílias, não só em dias de reuniões e horários de buscar os filhos, mas também, para orientações sobre educação, comportamentos infantis, estruturas familiares, sendo, muitas vezes, uma busca de amparo, socorro, fortalecimento, devida à grande carência afetiva da maioria de nossa comunidade escolar.

Assim sendo, o trabalho do gestor, hoje, torna-se muito mais amplo. Além da administração pedagógica, financeira e administrativa, torna-se um ponto de referência, um porto seguro da comunidade escolar, exigindo, mais e mais, qualificações, metodologias e, principalmente, consciência de uma gestão democrática para o bom desenvolvimento da instituição escolar.

A intervenção permanente do gestor faz-se necessária, a fim de sanar todas estas defasagens de ensino-aprendizagem oriundas desta desatenção dos professores e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento mais estável dos alunos. Profissionais valorizados sentem-se mais motivados e são capazes de criar laços afetivos com seus alunos, despertando o interesse e a aprendizagem, garantindo um maior sucesso da instituição.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desse tema mostra a relevância da afetividade no desenvolvimento da intelectualidade, deixando clara a influência das relações interpessoais como ponto central do aprimoramento do atendimento, refletindo sobre os procedimentos na busca do interesse pelo processo do conhecimento.

Conclui-se que, ser afetivo vai além do “tratar bem”. Um professor que se esforça para manter boas relações na sala de aula produz um efeito enorme na autoestima de seus alunos, pois eles percebem que o professor está interessado no seu sucesso. O educador precisa conhecer o seu significado, mediante seu papel na formação de indivíduos, que dependem de relações interpessoais. Os sentimentos de simpatia e de antipatia constituem processos de interação que potencializam ou limitam a aprendizagem do educando. O comportamento do professor afeta, diretamente, cada aluno. As relações interpessoais e a mediação do professor são fundamentais para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e das relações que se estabelecem na sala de aula. A afetividade está presente nas principais decisões de ensino assumidas pelo professor, desde a escolha dos objetivos até o processo de avaliação.

A competência do gestor se manifesta através do desempenho de sua equipe, quando o ambiente se torna organizado, positivo e a comunidade escolar reconhece a liderança de seu gestor. Sua interferência acolhedora transforma situações adversas em atitudes envolventes, criando um clima propício ao aprendizado. A capacidade de motivação do bom gestor parte, principalmente de sua habilidade em reconhecer o trabalho de sua equipe, pois profissionais valorizados buscam um melhor desempenho pessoal e, por conseguinte, o sucesso da instituição de ensino.

Em um ambiente harmônico, o gestor democrático manterá sempre os profissionais motivados, agindo com imparcialidade e justiça, reconhecendo e valorizando os trabalhos individuais e coletivos, num contínuo exercício de ética. Para tanto, o gestor necessita desenvolver competências capazes de qualificá-lo como um mediador de conflitos e articulador de relações afetivas em todas as esferas da educação. Além da competência técnica, o gestor atual, precisa, mais que tudo, desenvolver a competência afetiva, a fim de instaurar, em seu ambiente de trabalho, a cultura da afetividade e do respeito, garantindo um ambiente de trabalho mais humanizado.

4. REFERÊNCIAS

BATISTA, Analía S., CODO, Wanderley. A centralidade de gestão. In: CODO, Wanderley, VASQUES-MENEZES, Iône (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. “Burnout”, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999, p.183-189.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.2.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. *A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora da escola municipal*. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 71-87. fev/jun. 2000. p. 75.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS. *Regimento Escolar*. 2015. São Gotardo - MG

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS. *Projeto Político Pedagógico*. 2015. São Gotardo - MG

CURY, C. R. Jamil. *O direito à educação: um campo de atuação do gestor*. Brasília, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/102/O_DIREITO_A_EDUCACAO_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_.pdf>. Acesso em: 23 de Jun. de 2014.

GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995. Disponível em: <http://minhateca.com.br/cassio_shiraishi/Livros/Isabel+G+H+Wallon++Uma+Concepcao+Dialectica+Do+Desenvolvimento+Infantil,12451552.doc>. Acesso em 17 Jan. 2015.

GUEDES, Adriane Ogêda. *A psicogênese da pessoa completa de Henri Wallon: Desenvolvimento da comunicação humana nos seus primórdios*. Disponível em: <http://www.museudainfancia.unesc.net/memoria/expo_escolares/GUEDES_psicogese.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2015.

JUNQUEIRA, Patrícia. *Henri Wallon*. MEC/Fundação Joaquim Nabuco. Coleção Educadores/Editora Massangana. Recife. 2010. Disponível em <http://www.usjt.br/cursos/lacce/pedagogia/noticias/2011/educadores/MEC_Wallon.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2015.

KRUEGER, Magrit Froehlich. *A relevância da afetividade na educação infantil*. Instituto Catarinense de Pós Graduação. 2008. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev03-04.pdf>>. Acesso em: 18 Jan. 2015.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. *A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor*. Universidade Estadual de Campinas. 2005. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>>. Acesso em: 17 Jan. 2015.

LOPES, Adriana Cristina Ferreira. *Complexidade e gestão escolar: os laços afetivos*. UNB. Brasília. 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9224/1/2014_AdrianaCristinaFerreiraLopes.pdf> Acesso em 19 Jan. 2015.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo – SP. 1991. 4ª edição brasileira. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotskya-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>>. Acesso em: 23 Jan. 2015.

5. ANEXO



escola de **gestores**
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

**GISELLE MARIA BRASILEIRO GUIMARÃES
REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA CASTRO
ROSINEI FARIA FERREIRA COUTO CABRAL
SÔNIA APARECIDA DE FARIA RESENDE**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Regime de Funcionamento	07
2.2 Organização Física	07
2.3 Organização Técnica-Administrativa	08
2.4 Corpo Docente	09
2.5 Estrutura Organizacional Pedagógica	09
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
7. AVALIAÇÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

Sabidamente, Ferreira (2009), definiu:

O Projeto Político Pedagógico é um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar. (2009, p. 01).

A instituição denominada como Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, situada à Rua Marina Emilce de Oliveira, nº 139, Bairro São José – Santo Antônio do Monte – MG, possui como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, via Secretaria Municipal de Educação, supervisionada pela Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, funcionando em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil – Creche e Pré-escola - reconhecendo a importância da educação na formação integral da criança e na preparação destas para o ingresso no ensino fundamental, de acordo com a Lei nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, atendendo, aproximadamente, 135 crianças - uma portadora de necessidades especiais - na faixa etária de 04 (quatro) meses a cinco anos e onze meses, servindo-se, para isto, de 18 educadores, 01 especialista e 01 psicólogo.

O atual Projeto Político Pedagógico foi revisado em 2012, envolvendo diretora, pedagoga, professores, educadores, comunidade escolar e demais funcionários da instituição.

O CEMEI Santo Antônio foi planejado, posteriormente, ampliado e é um dos cinco que atende às crianças carentes de 0 a 5 anos da cidade, buscando formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz. Situado num bairro periférico da cidade de Santo Antônio do Monte, interior de Minas Gerais, com uma população, que em sua maioria, vive unicamente da “venda de rifa”. Este trabalho é feito através das viagens dos pais, denominados rifeiros. Partem de Santo Antônio do Monte, na segunda feira, com os carros carregados de diversas mercadorias (brincos, colchas, sandálias, produtos de beleza, roupas), levando, os mesmos, para outros estados, com uma freguesia já estabelecida e com as vendedoras já escolhidas. Deixam os produtos com as vendedoras, estabelecendo prazo para

voltar e fazer o acerto. Geralmente, o intervalo é de 22 dias. Retornam a Santo Antônio do Monte, para reencontrar seus familiares, e carregar, novamente, o carro com novas mercadorias a serem revendidas.

Destaca-se, na economia da cidade, a fabricação e venda de Fogos de Artifício, composta por uma clientela de classe social diferenciada, classe média baixa e classe baixa. Portanto, as crianças necessitam ficar na instituição, na sua maioria, em tempo integral, para que os pais possam se ausentar para o trabalho sabendo que seus filhos estarão sendo bem cuidados e educados, com segurança e afeto. Os moradores da comunidade contam com rede de esgoto, rede de água tratada, ruas asfaltadas e rede de iluminação pública.

A instituição é subsidiada pela Secretaria Municipal de Educação, que responde pelos serviços administrativos e pedagógicos do CEMEI Santo Antônio, instituição que funciona em tempo integral, no ensino da Educação Infantil, nas modalidades de creche e pré-escola, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB Nº 9394/96, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Parecer 022/98) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Para a revisão e conseqüentemente, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que seja norteador de um trabalho de qualidade, é necessária a participação de todos os elementos que formam a comunidade escolar: pais, alunos e funcionários da escola. Com destaque para o papel do professor que deve possuir um maior conhecimento das competências, habilidades e, também, fragilidades dos alunos. Pois, isso possibilita que ele perceba o que deve ser mais explorado no dia a dia em sala de aula, fazendo, assim, um planejamento capaz de ser realizado e ter seus objetivos alcançados. E para que a participação do professor e comunidade escolar, na construção do PPP se efetive, torna-se necessário que todos estejam conscientes de suas funções, tendo interesses reais e coletivos, sempre buscando as mudanças necessárias para melhoria do CEMEI.

Para a revisão do PPP, o gestor escolar foi orientado pela equipe do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

As teorias que norteiam o trabalho são as concepções filosóficas de homem, de sociedade, de educação, de escola, de professor/educador e pedagógicas - e as concepções psicológicas e sociais. Contemplam-se os fundamentos ético-políticos

(valores), fundamentos epistemológicos (conhecimento) e fundamentos didático-pedagógicos (relações).

De acordo com Moraes (2002, apud Kaloustian, Masagão, 2005, p. 41):

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, MASAGÃO, 2005, p. 41).

Parafraseando o Projeto Pedagógico do Colégio Alternativo, de Rio Grande/RS, a avaliação do Projeto Político Pedagógico objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos no referido projeto e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que o CEMEI está inserido, “intervindo, qualitativamente, no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações, em todas as dimensões do fazer escolar”.

1. FINALIDADE DA ESCOLA

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, com autonomia, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, contribuindo para a formação integral da criança, sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo, social, ético, complementando a ação de cuidar/educar, enriquecendo seu viver.

Os fatores internos e externos do CEMEI Santo Antônio são contemplados no Projeto Político Pedagógico, pois ambos influenciam, diretamente, no âmbito educacional. Não há como conceber o PPP sem levar em consideração esses fatores, afinal deve-se conceber este projeto como democratizador da educação, através de ações abrangentes tanto didático-pedagógicas, quanto administrativo-sociais.

Contudo, nas políticas educacionais brasileiras, ao ser aprovada a Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, emerge um novo conceito de gestão democrática, onde a peça

fundamental é a elaboração do Projeto Político Pedagógico e sua implementação, que vem superar o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento que os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta, na superação dos mesmos.

A gestão da escola, sob essa nova perspectiva, surge como orientação e liderança competentes, exercidas a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial para a organização do trabalho em educação, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas.

Nas palavras de Veiga (2008):

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2008, p. 13).

A instituição tem como finalidade proporcionar atendimento integral às crianças, organizando o processo educacional, para que o mesmo seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação. Ter como prioridade o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem, ajuda o outro em seu desenvolvimento como ser humano, proporciona condições favoráveis para a formação consciente de hábitos, valores e atitudes, fortalece a participação dos pais nas atividades escolares e avalia, de forma constante, o desenvolvimento das crianças e as práticas pedagógicas da instituição.

Dalben (2004) ressalta que:

Chamada a rever suas práticas, a escola, como uma instituição social, encontra-se neste momento num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento em um novo tempo. (DALBEN, 2004, p.13).

O CEMEI Santo Antônio tem como missão o compromisso de realizar um trabalho que contribua para a construção do conhecimento através da promoção do

desenvolvimento intelectual, afetivo, social e de valores éticos dos alunos, atendendo-os nos seus aspectos individuais e coletivos, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e solidários, capazes de construir conhecimentos significativos, aplicando-os, criticamente, perante a sociedade, colocando seus dons para humanizar o mundo.

O ideal do CEMEI Santo Antônio é fazer com que, cada dia de nossas crianças, seja um novo desafio, desenvolvendo-se ampla e integralmente, em um ambiente favorável, onde sempre haja respeito, confiança, cooperação e alegria.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Paulo Freire

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 – REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio inicia seu funcionamento às 6h 30 min às 17h 30 min, durante todo ano letivo, em acordo com o calendário escolar.

2.2 – ORGANIZAÇÃO FÍSICA

No *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasil, 1999*, apud BRASIL, 2006, o ambiente físico é expresso como:

Devendo ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de criança, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores. A qualidade e a quantidade da relação criança–criança, adulto–criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes no ambiente dependem do tamanho destas e das crianças e podem se transformar em “poderosos instrumentos de aprendizagem” e em um dos “indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade” (BRASIL, 2006, p. 146).

O prédio da escola foi construído para atender a educação infantil, com adaptações necessárias ao nível de ensino e conta com uma infra-estrutura admirável, tanto de área externa quanto interna, em um ambiente saudável e

seguro. Constan de suas dependências: Direção; Secretaria; Biblioteca; Cantina; Almoxarifado; Sala Multimídia; Coordenação Pedagógica; Salas de aula; Sala dos professores; Parque Infantil; Quadra poliesportiva, Lavanderia, Varanda coberta; Área livre para recreação; Banheiro para funcionários; Banheiros para alunos – masculino e feminino;

De acordo com Azevedo; Bastos; Rheingantz; Vasconcellos; Aquino (2004):

De fato, deve haver uma conscientização geral sobre a importância do espaço físico para o processo educativo, tanto da parte dos educadores, dos responsáveis pelas políticas públicas, como daqueles que concebem os espaços. Essa conscientização demanda uma abordagem interdisciplinar que envolva educadores, arquitetos, engenheiros, profissionais de saúde, administradores e a comunidade escolar, e que favoreça o compartilhamento dos diferentes saberes e objetivos. A ideia de que para se ter educação bastam apenas algumas carteiras, cadernos e quadro-negro, excluindo a qualidade do espaço desse processo, deve evoluir para uma abordagem entre sujeitos e ambiente, fundamentais para o desenvolvimento infantil. O desafio no processo de concepção dos ambientes escolares é a busca de um repertório espacial que responda a todos os requisitos formulados pelo grupo interdisciplinar. Essa abordagem procura uma integração entre objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais (AZEVEDO; BASTOS; RHEINGANTZ; VASCONCELLOS; AQUINO, 2004, p. 15-16).

As turmas atendidas pela escola são: Berçário I; Berçário II; Berçário III; Maternal I; Maternal II; Maternal III; 1º e 2º Período, de acordo com o estabelecido por lei, número de alunos, professores e educadores.

Conta-se com móveis e equipamentos em bom estado de conservação e adequados à Educação Infantil, bem como material pedagógico. O acervo bibliográfico e jogos pedagógicos são diversificados, disponíveis nas salas de aula, tendo, ainda, espaço reservado para leitura e brinquedoteca.

2.3 – ORGANIZAÇÃO TÉCNICA- ADMINISTRATIVA

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio conta com a seguinte estrutura administrativa:

I – Órgão Mantenedor:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte
Secretaria Municipal de Educação

II – Direção / Coordenação – Núcleo que organiza, dirige, direciona e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição.

III – Secretaria – Órgão responsável pela execução dos trabalhos pertinentes a escrituração, correspondência e ao arquivo da escola.

IV – Coordenação Pedagógica – Função exercida pela Pedagoga da Educação Infantil Municipal, juntamente com a Coordenação da instituição.

2.4 – CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por professores, legalmente habilitados, obedecendo às normas e disposições legais e regulamentares.

Os demais funcionários que compõem o quadro da educação básica são: psicólogo, secretária, auxiliares de serviços gerais e vigia.

2.5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p. 16), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2009, p. 16).

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças até o momento da saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

O cotidiano do CEMEI Santo Antônio é composto por atividades que envolvem:

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidados de higiene, lazer e repouso;
- Alimentação adequada às diferentes faixas etárias e necessidades da clientela;
- Atividades educativas dirigidas e orientadas, utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

As atividades desenvolvidas na instituição tem sempre sua importância para a criança. Do ponto de vista pedagógico destacamos:

I – Cuidar, como parte integrante do processo educacional;

II – Brinquedos / brincadeiras;

III – Atividades livres;

IV – Hora da história;

V – Passeio;

VI – Atividades permanentes;

VII – Sequência de atividades;

VIII – Projetos de trabalho;

IX – Temas integradores.

De acordo com o Parecer das DCNEI (2009, Apud FARIA; SALLES, 2012, p. 38), há orientações importantes para a elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil:

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve-se voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências. As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulem em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico. (BRASIL, CNE/CEB, 2009).

Participação e autonomia são os princípios da gestão democrática. E na perspectiva de gestão democrática e participativa, o Centro Municipal de Educação

Infantil Santo Antônio desenvolve suas atividades, contando com a participação efetiva de todos os profissionais envolvidos no sistema educacional e comunidade escolar como um todo, através de atitudes diversas e contínuas.

Conforme Guimarães (2012):

Hoje, a escola para se diferenciar, precisa colocar seu foco em uma educação que vise a reconstrução dos conceitos morais e éticos, trabalhados na busca da equidade, de forma que seu currículo seja adaptado de acordo com a clientela que atende, trabalhando a interdisciplinaridade na formação de indivíduos capazes de analisarem, agirem e transformarem o meio em que vivem.(GUIMARÃES, 2012, p. 01).

Freire (1996, p. 52) diz que: “O mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito”. Se o que se busca para a educação contemporânea é uma gestão democrática, participativa, através de ações de todos os envolvidos no processo educacional, nas decisões de atividades a serem desenvolvidas, deve-se procurar instigar, em atitudes de criticidade, os pequeninos. Isso para que, delegando responsabilidades, oportunidades de decisões, atitudes críticas, os coloquemos como cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem, pois serão eles os futuros gestores de nossa nação.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta de trabalho da equipe do CEMEI Santo Antônio se enquadra dentro da qualidade do ensino dos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino- aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga (2002) complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de

assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7).

Moreira e Candau (2006, p. 86) definem currículo:

Como as experiências que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades de nossos(a) estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA E CANDAU, 2006, p. 86).

Essas experiências, segundo Lima (2006), cumprem o objetivo antropológico de garantir a continuidade da espécie, socializando, para as novas gerações, as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. A partir dessas discussões e definições, currículo na Educação Infantil pode ser conceituado como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionadas aos saberes e conhecimentos, intencionalmente selecionadas e organizadas pelos profissionais, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana. É um dos elementos da Proposta Pedagógica, devendo ser norteado pelos pressupostos que a orientam e se articular com os demais elementos nela definidos.

As DCNEIs, em seu art. 3º, definem currículo da Educação Infantil como:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p. 1)

Assim, explicitar o currículo em uma Proposta Pedagógica de uma instituição de Educação Infantil representa apontar as experiências a serem trabalhadas com as crianças de 0 a 5 anos de idade, definindo seus objetivos, bem como organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam, ao mesmo tempo, o cuidar e o educar.

Seja qual for a escola, seja qual for a sociedade, uma coisa é certa: há um currículo definido para ser ensinado e que serve à sociedade no qual ele está inserido. Ou seja, a escola “presta serviços” à sociedade educando os seus cidadãos e entregando-os à sociedade para que, em contrapartida, a sociedade “diz” para a escola o que ela precisa ensinar aos seus cidadãos. Portanto, no momento

da organização do currículo escolar, devemos nos perguntar o que precisamos ensinar aos nossos alunos de acordo com a nossa cultura. Isso nos faz concluir que nenhum currículo é neutro, ao contrário, está permeado de fatores sociais, políticos e econômicos.

Organizar um currículo é tarefa de toda a escola e não só do professor. É necessário que a escola fundamente o seu trabalho teoricamente e que construa um currículo adequado às condições afetivas, cognitivas e biológicas de cada grupo de alunos, pois, se ele for complexo demais, estaremos fabricando dificuldades de aprendizagem, mas se for aquém, estamos impedindo que ela se desenvolva. O modo como são organizados os conteúdos, giram em torno de temas integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente, de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas e dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

1 – MOVIMENTO:

O movimento humano é muito mais que o simples deslocamento do corpo no espaço, é uma forma de linguagem, da qual a criança age sobre o meio físico e atua sobre o ambiente que integra. As ações exploratórias através do movimento permitem que as crianças conheçam as funções, possibilidades e limitações, quanto às diferentes partes de seu corpo. Podemos assim, expressar e interagir com o meio, através das mímicas e dos gestos corporais. A aquisição da apreensão e locomoção representa importantes conquistas no plano da motricidade. Aquisição esta conquistada e aprimorada conforme as oportunidades que se oferecem à criança de explorar o espaço, manipular objetos, realizar atividades diversificadas e desafiadoras.

2 – MÚSICA:

A música é um meio de expressão, conhecimento e uma excelente estratégia para estimular e desenvolver o equilíbrio, a percepção auditiva, a autoestima e a socialização. A escuta de diferentes sons produzidos por brinquedos sonoros, instrumentos musicais e sons do próprio ambiente é fonte de observação e descobertas, que provocam as mais diversas reações: atenção, tranquilidade ou agitação.

3 – ARTES VISUAIS:

As Artes Visuais, tais como a música, são formas de expressão e linguagem que devem ser trabalhadas e estimuladas nas crianças desde o nascimento, possibilitando à criança desenvolver a imaginação criadora, a sensibilidade, a percepção visual, a cognição, além de ter um papel fundamental no processo de alfabetização da criança. Quando bem estimulada, dentro das possibilidades e limites da criança, no primeiro ano de vida ela já é capaz de produzir seus primeiros traços gráficos. A conhecida fase das garatujas.

4 – LINGUAGEM ORAL E ESCRITA:

O trabalho com Linguagem Oral e Escrita constitui um dos eixos básicos da Educação Infantil, devido à sua importância na formação do sujeito, na socialização da criança com as pessoas e com o meio, na orientação de suas ações, na construção do conhecimento. A escola, ao desenvolver um trabalho através de experiências significativas, proporciona, ao aluno, estímulo e o desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências básicas: falar, escutar, ler e escrever.

5 – NATUREZA E SOCIEDADE:

É importante que, desde cedo, a criança conviva, na escola, com diferentes informações sobre diferentes conteúdos que compõem o universo de conhecimentos

construídos pelos homens, em sociedade. Dentre eles, estão aqueles organizados pelas Ciências Sociais e Ciências Naturais. São muitos os temas interessantes para as crianças como animais, natureza, lugares, fenômenos da natureza e tudo que se relaciona à sociedade e à natureza.

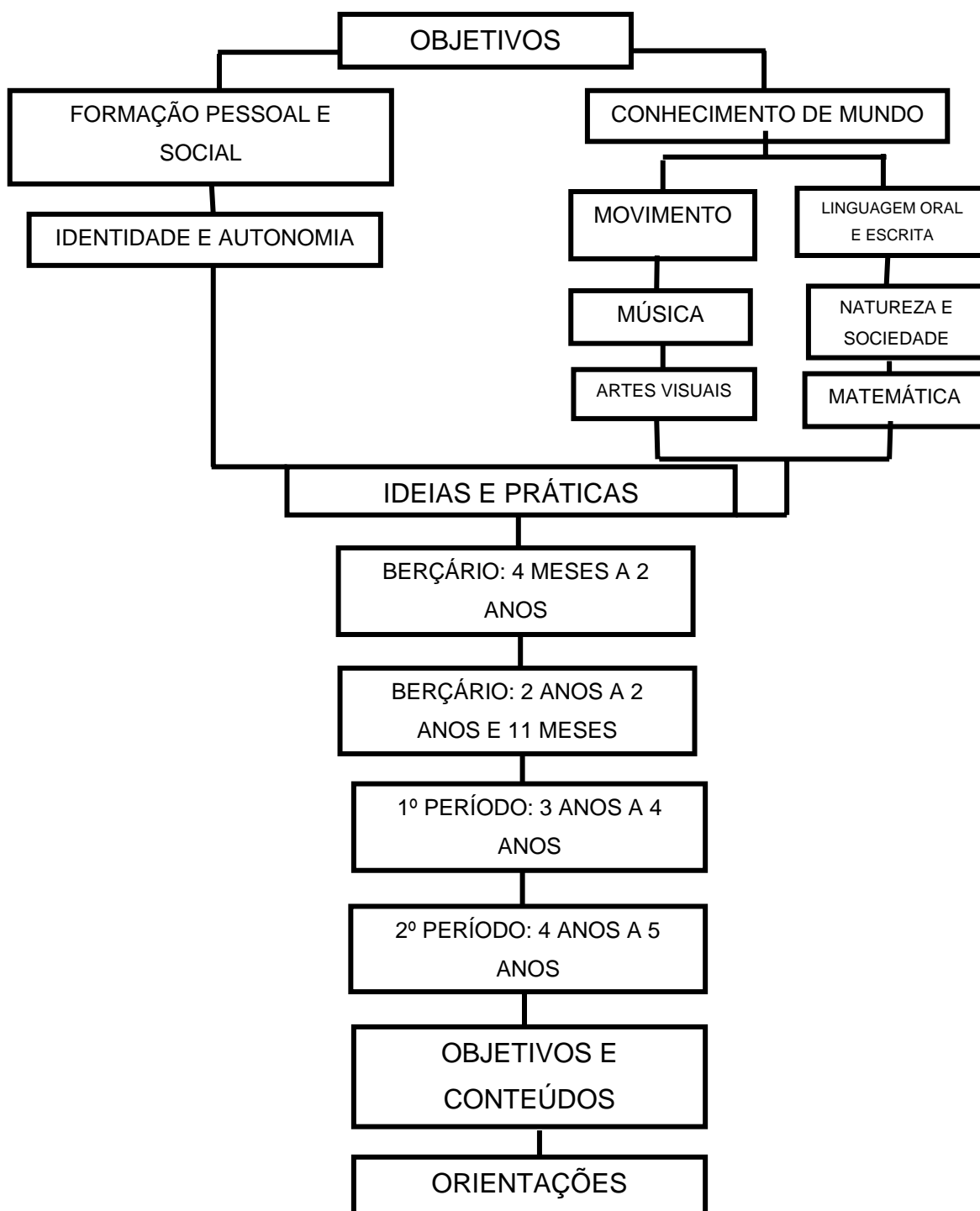
6 – MATEMÁTICA:

A Matemática está presente no universo infantil em diversas situações, nas quais envolvem números, noções de quantidade, de espaço e outros. Ao se trabalhar com o conhecimento matemático, na Educação Infantil, de maneira lúdica e contextualizada, a criança tem a possibilidade de desenvolver sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, formular hipóteses, deduzir, refletir, argumentar e compreender as características e propriedades dos objetos. No entanto, é preciso que o professor faça adequações de dadas situações do cotidiano, em situações de aprendizagem, formulando perguntas, suscitando desafios e incentivando a verbalização, pela criança, para que ela possa elaborar seu conhecimento matemático, gradativamente.

7 – IDENTIDADE E AUTONOMIA:

Este eixo está relacionado aos processos de socialização e construção de identidade. Por isso, as instituições de Educação Infantil precisam oferecer à criança um ambiente que ofereça a oportunidade de relacionar com outras crianças de diferentes origens culturais, sociais, religiosas, etnias, costumes e valores. A criança constrói sua identidade de uma forma continuada, quando em contato com os pares. A maneira pela qual a criança é vista pelo professor/educador e pelo grupo, influencia em sua formação, na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção.

A proposta de trabalho se enquadra dentro da qualidade do ensino aos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética como mostra o organograma abaixo:



4. TEMPO E ESPAÇO ESCOLARES

A sociedade contemporânea, atualmente, vive uma de suas mais profundas crises sócio culturais, fundamentada na base da “nova família” em que está inserida,

trazendo, consigo, um legado aturdido de novos valores, ajustados aos desejos da sociedade capitalista, competitiva, onde impera a lei do ter e não a lei do ser.

Perrotti (1990), afirma que:

[...] o confinamento da infância ocasionou-lhe sérios problemas sócio-político-culturais. A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançavam. [...] Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política. (PERROTTI, 1990, p.92, grifo nosso).

Repensar o tempo e espaço escolar, mediante atuais propostas educacionais é um momento único, importante, em que devemos considerar toda uma trajetória da humanidade e suas conquistas, em pouco tempo. Os atuais conceitos são legados de importantes debates para a educação. Não podemos voltar ao passado e remendá-lo, logo, concluímos que, o que importa são os acontecimentos que estão no presente, para analisar, repensar, mudar e transformar o que se fizer necessário.

Historicamente, podemos perceber que o tempo e o espaço escolar sofrem alterações com a cultura e seu contexto, assim cada geração adota postura diferente, resultado da ação educativa da época.

Atualmente, a pauta e a grande reivindicação são para que ocorra uma educação de inclusão, não apenas no PPP, no Regimento escolar, no currículo, mas que respeite, realmente, o tempo de cada criança para aprender a aprender. Cada criança tem seu próprio tempo, para apreciar, observar, concluir seu pensamento, para que aconteça de maneira prazerosa, garantindo um direito explícito na Constituição. Compete ao CEMEI organizar situações agradáveis, possibilidades de criar, expressar, comunicar, trabalhar em grupo, de ter iniciativa em buscar soluções e resolver, de modo saudável, conflitos gerados pelas brincadeiras, assegurando a compreensão e construindo relações sobre si mesmas.

Segundo Horn; Barbosa (2001):

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que educador observe o que as crianças

brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67),

Ao organizar o tempo e espaço escolar para as crianças, compete ao educador fazer um ajuste de seu espaço, oferecendo situações diversificadas, com o objetivo de: proporcionar à clientela uma aprendizagem significativa, provocando a ampliação de seus saberes ou significações. Atividades que demandam mais tempo/espaço onde o professor tem o cuidado de organizar as vivências propostas e a mesmas serem alcançadas, gerando novas formas de interagir, novos aprendizados.

O CEMEI Santo Antônio foi reformado, recentemente, para atender melhor e adequar seu espaço físico às crianças. O critério para a enturmação dos alunos leva em consideração sua faixa etária, começando pelos berçários I, II, III, com turmas de 18 alunos, que são recebidos pelo educador com título de Magistério. O mesmo critério é adotado para as turmas de Maternal I, II, III, que tem, em média, 23 a 25 alunos, um professor regente formado em Pedagogia e um professor educador com título de Magistério.

O Especialista em Educação orienta o professor regente e o educador, ambos desenvolvem trabalhos diferenciados, priorizando o bem estar do educando, uma vez que, para algumas crianças a carga horária no CEMEI, é de 12 horas. O Planejamento e a grade curricular foram aprovados pela Superintendência local e todos os trabalhos, atividades são estruturadas atendendo a cada sala. Nas reuniões de planejamento, os professores regentes e o educador pontuam itens que devem ser revistos, dando seu aval para prosseguir com os conteúdos do planejamento, visto que sua turma já sinalizou que está pronta para encarar novos aprendizados. Compete à Especialista a elaboração do horário para que todas as turmas façam uso do pátio, parquinho, faz de conta, biblioteca. A lousa interativa é uma novidade esse ano. Foi estipulado um horário para que os alunos a usem, sendo uma ferramenta de última geração, conectada á internet, viabilizando o trabalho do professor, com rodas de leitura, vídeos informativos, além das aulas que a mesma já tem à disposição do professor, que as planeja e executa, em sala.

O trabalho com psicomotricidade é prioridade no CEMEI, com um módulo de trinta minutos, o professor regente, juntamente com a Especialista, monta o Circuito Motor para que as crianças, uma a uma, passem pelo mesmo. O CEMEI Santo Antônio segue o mesmo calendário escolar do município, evitando transtornos com pais/responsáveis que, muitas vezes, tem um filho no CEMEI e outro na rede municipal. O calendário escolar é composto por 200 dias letivos. Em relação á carga horária, são 4 horas-aula e vinte minutos no maternal I, II, III, que compreende o horário de 7 horas às 11 horas e vinte minutos. Neste horário, os alunos são de responsabilidade do professor regente. O restante do dia compete ao educador que, por sua vez, executa atividades diferentes do professor, evitando a monotonia.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, suas limitações e vibrar com seus pequenos avanços é o maior desafio do CEMEI Santo Antônio que, através de cursos de formação, atualiza todos os envolvidos no processo de educação, que inicia-se no berçário.

As crianças do CEMEI Santo Antônio chegam às seis horas e saem às 18 horas. São doze horas dentro da instituição. A instituição conta com o professor recuperador. Sua função é desenvolver atividades na tentativa de sanar a defasagem de aprendizagem do aluno. Esta experiência é muito válida, uma vez que muitas crianças não tem auxílio em casa, logo o papel do professor recuperador é, grande parte das vezes, orientá-lo no dever de casa.

O grande paradigma da educação, que vem se arrastando ao longo dos anos, é aceitar que a educação ultrapassa as paredes da sala de aula, os muros de um CEMEI ou escola. Estar atento ao ambiente socioeconômico, cultural de nossa clientela diminui nossa frustração, além de nos mostrar um caminho onde tempo e espaço escolar possam encontrar um denominador comum: Atender aos anseios dos educandos, sem ferir a expectativa do professor.

A responsabilidade de um professor de Educação Infantil é grande, uma vez que a infância é um tempo onde a memória registra e capta as mais sensíveis experiências, felizes ou infelizes. Memórias que farão parte de sua história de vida, de maneira positiva ou negativa.

O tempo, na instituição educativa, deve ser rico em oportunidades, aproveitando, plenamente, todas as experiências vivenciadas pela criança, além de proporcionar, às mesmas, novas aprendizagens, descobertas, respeitando a faixa

etária de cada um e o seu “tempo” para aprender. O grande desafio consiste em ajustar tempo, espaço escolar, atendo à demanda do currículo escolar, a regularidade das atividades e a apropriação do conhecimento pelas crianças.

Para Camargo (2008):

Os espaços de nossa infância nos marcam profundamente. Sejam eles berço, casa, rua, praça, creche, escola, cidade, país, sejam eles bonitos ou feios, confortáveis ou não, o fato é que influenciam definitivamente nossa maneira de vermos o mundo e de nos relacionarmos com ele. (CAMARGO, 2008, p. 45).

5. PROCESSO DE DECISÃO

É uma gestão democrática, compartilhada em diversos âmbitos da organização escolar, favorável ao trabalho educacional, que valoriza os diferentes talentos e faz com que todos compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades, que contribui para a construção de uma política pedagógica favorável à aquisição de aprendizagens significativas.

Para tal, não só a direção/administração que decide, opina, e sim, a escola como um todo. As decisões são coletivas, planejadas, reestruturadas, avaliadas, uma vez que a escola se constrói na sua relação com a sociedade, sendo um reflexo das necessidades socioculturais de cada época.

O processo de decisão é uma tarefa que compete ao corpo docente, gestor educacional, comunidade escolar, para resolver uma situação problema e obter resultado positivo. Somente saber o que se quer não é suficiente para que o processo de decisão seja o acertado. Fatores como: analisar, priorizar, avaliar, planejar e prever a curto, médio, longo prazo, a repercussão do mesmo.

No âmbito educacional, todo processo de decisão deve estar ligado a fatores internos e externos, gerando, por conseguinte, uma ação que se espera que seja positiva para a escola. É de competência do gestor, organizar, por níveis de importância dentro da instituição, os problemas de soluções graves, pouco importantes, não importantes, traçar as metas para que a situação problema seja resolvida satisfatoriamente, uma vez que uma das partes deverá fazer escolhas, ceder um pouco, encontrando o melhor caminho para todos.

Sabemos que o processo de decisão educacional brasileiro precisa, urgentemente, tomar “decisões sérias” para que o gestor educacional possa exercer, de fato, e fazer valer sua decisão, que na maioria das vezes se perde em termos burocráticos, fato que vivenciamos, rotineiramente.

O Colegiado Escolar, peça fundamental para acompanhar os trabalhos do gestor educacional, é eleito pela comunidade escolar, composto por um representante de cada seguimento: Seguimento, de professores, auxiliares de serviços gerais, secretaria, pais/responsáveis, especialista em educação. Uma vez escolhido lavrado em ata, o mesmo toma posse, recebe orientações e participa de maneira eficaz de todas as decisões, acontecimentos dentro da instituição, ora festivos, ora muito delicados.

A presença do Colegiado Escolar se dá no momento da tomada de decisão, em que questões importantíssimas são analisadas, rigorosamente, embasados na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, sem ferir a nenhum, no quesito dever/direito do aluno.

Atualmente, o gestor educacional exerce, na maioria das vezes, o processo de decisão, que vá satisfazer e atender à política educacional vigente. Ele abre mão de um processo de decisão criativo, elaborado pela comunidade escolar, com a participação do corpo docente e discente que sabe e conhece a realidade atual da escola. Mas, na hora de executar o gestor educacional não é autônomo o suficiente para fazer valer sua posição e de toda a comunidade escolar, gerando frustração a todos.

A oscilação entre a política educacional e a realidade educacional vivenciada por gestores torna seu processo de decisão uma tarefa árdua, doída, frustrante. Urge-se uma reforma na política educacional brasileira, rompendo as barreiras da burocracia, diminuindo planilhas, ofícios, protocolos, que impedem, na verdade, o verdadeiro trabalho do gestor educacional: tomar decisões acertadas, para que sua escola seja a melhor escola.

Para Oliveira (2004):

nada mais é do que a conversão das informações em ação, assim sendo, decisão é a ação tomada com base na apreciação de informações. Decidir é recomendar entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Chiavenato (1997):

as decisões possuem fundamentalmente seis elementos: 1. Tomador de decisão – pessoa que faz a seleção entre várias alternativas de atuação. 2. Objetivos – propósito ou finalidade que o tomador de decisão almeja alcançar com sua ação. 3. Preferências – critérios com juízo de valor do tomador de decisão que vai distinguir a escolha. 4. Estratégia – direção ou caminho que o tomador de decisão sugere para melhor atingir os objetivos e que depende dos recursos que se dispõe. 5. Situação: aspectos ambientais dos quais vela-se o tomador de decisão, muitos dos quais fora do controle, conhecimento ou compreensão e que afetam a opção. 6. Resultado: é a decorrência ou resultante de uma dada estratégia definida pelo decisor. (CHIAVENATO, 1997, p. 710).

Tanto o gestor escolar, quanto o funcionário, é responsável pelas decisões que são cabíveis. Situação adversa, porque quem, na verdade, define o processo de decisão, não convive, realmente, com a realidade verdadeira da instituição e o seu processo de decisão não se adequa àquela realidade.

Para o planejamento e execuções de ações que utilizem verbas públicas, deverá haver um diálogo entre as diversas instâncias vinculadas ao sistema, utilizando-se de uma linguagem única, que possibilite, a cada segmento, se expressar, planejando, executando e fiscalizando o direcionamento das verbas oriundas do poder público, constituindo-se os Conselhos Escolares, hora instituídos pelos representantes da comunidade escolar.

Somente com uma autonomia financeira, administrativa e pedagógica, a instituição escolar será capaz de elaborar planos de ações, tendo conhecimentos sobre fiscalização e procedimentos estabelecidos por lei, para a devida aplicação e respectiva prestação de contas.

Dourado (2006, p. 75-76), afirma que: Ao buscar o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da efetivação de uma gestão financeira participativa e transparente, visa contribuir com a progressiva autonomia das unidades escolares e, desse modo, fortalecer o papel da escola pública e gratuita no Brasil na oferta da educação básica de qualidade.

De acordo com Dourado (2006):

Os Conselhos Escolares adquirem também a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos da escola e de onde e como se gastam as verbas que ela recebe, ou seja, torna-se um órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação. (DOURADO, 2006, p. 81).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A discrepância entre as teorias pedagógica e o fazer propriamente dito da mesma desencadeou, nos primórdios do século XXI, uma crise nas relações de trabalho, advinda da instabilidade das políticas educacionais vivenciadas por todos: gestor escolar, corpo docente, discente, comunidade escolar. Viabilizar e estreitar as relações de trabalho é o caminho mais seguro e saudável para garantir a saúde física e mental dos profissionais da área educacional.

Respeitar a diversidade, a cultura do outro, o tempo e o espaço escolar do discente com deficiências intelectuais, físicas, motoras, é o grande desafio para a instituição escolar. O processo de inclusão é um direito garantido por lei, mas verdadeiramente as instituições não estão preparadas e tampouco os professores. Gestores escolares vivem o dilema: como tratar pessoas com deficiência e, em especial, as com deficiência intelectual.

Garantir o aprendizado e sua permanência na escola, com prazer, requer uma estreita relação de afetividade, conquista diária, aprendizagem significativa.

Sasaki (1997) nos aponta: “(...) a celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a solidariedade humanitária; a igual importância das minorias; e cidadania com qualidade de vida”.

Princípios que devem servir para nos impulsionar e motivar para alcançar nossos objetivos e ideais inclusivos. Mas há controvérsias, quanto à teoria e prática, a falta de informação e formação do docente, contribui de maneira significativa.

Capacitar todos profissionais da instituição, seria o primeiro passo para evitar a frustração do professor que, por sua vez, não vê seu trabalho realizado satisfatoriamente.

Para Santos (2005), entre essas ações:

Merecem destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, referência na luta pela igualdade de direitos de todos, a Convenção relativa dos Direitos das Crianças em vigor desde 1990, e a Declaração de Salamanca em 1994 que proclama a “inclusão das crianças, deficientes como direito do cidadão, o direito de ser diferente e ter uma educação de qualidade”. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 21).

Na Declaração Mundial de Educação para Todos, para Santos (2005), entre essas ações:

[...] particularmente, coloca em questão os processos escolares tradicionais, intensificando as reflexões em torno de como operacionalizar o princípio democrático de Educação para Todos, por meio de modernização de recursos, do acesso à aprendizagem de todos os alunos, do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão educacional e da prática pedagógica dos professores. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 28).

As políticas educacionais fundamentadas nos princípios da democracia e no reconhecimento do Direito de Todos a uma Educação de Qualidade, em que a escola pública seja um local de produção de conhecimentos, de espaços acolhedores e de respeito às potencialidades de cada um, realmente as políticas educacionais o fazem, mas comprometem a produção de conhecimento e o respeito às potencialidades de cada um, começando pelo professor, que não foi capacitado, orientado para trabalhar com o discente incluso. Por conseguinte, a armadilha comportamental se solidifica, com a má comunicação entre docente, discente, estarrece a afetividade por não saber compreender as limitações do docente/discente. Com o confronto emocional estabelecido, logo o docente compromete sua saúde física, mental, psicológica. A formação dos profissionais é meta primordial a ser traçada pelas políticas educacionais, proporcionando ao professor uma nova visão de escola. Consciente dessa nova visão, sua prática pedagógica será responsável, consciente, com embasamento teórico, formação contínua sobre o desenvolvimento humano e o cumprimento dos direitos humanos universais. Consciente e ciente do seu papel de professor, que nesta perspectiva torna-se um professor mediador e pesquisador do conhecimento, aceita a diversidade e a pluralidade, torna-se um aprendiz e vibra com cada conquista de cada aluno.

Segundo Reis (2014, p. 01): “Hoje o que determina a qualidade da vida profissional e o alcance de resultados não são as competências técnicas e, sim, habilidades de relacionamentos.”

As relações de trabalho estabelecidas no CEMEI Santo Antônio estão de acordo com as funções que cada funcionário desempenha. O quesito respeitado é o nível de formação acadêmica, correspondente à função a ser desempenhada.

Todos os funcionários da instituição ocupam seus cargos, depois de concursados, e a documentação é conferida, minuciosamente. Professores e educadores com documentação irregular são comunicados, tem um determinado

tempo para regularizar sua situação, seja na formação e/ou regulamentação de documentos. Atualmente, todos os profissionais do CEMEI Santo Antônio estão cursando Pedagogia a distância ou Curso de Magistério, para futuros educadores da Educação Infantil.

O CEMEI “Santo Antônio” se propõe a avaliar, constantemente, o trabalho da equipe. A avaliação processual acontece diariamente, não se concentra, apenas, no cognitivo, respeita a individualidade, visando o crescimento pessoal da criança, com foco nos deveres de casa, participação, frequência e bagagem de conhecimentos da criança.

Avaliar a ação de toda a equipe técnica, administrativa e pedagógica, é o que fortalece os relacionamentos, buscando uma ação transformadora dentro do centro educacional, utilizando dos recursos pedagógicos de que dispões, revendo o processo, buscando aprimorar sempre.

7. AVALIAÇÃO:

A avaliação, na Educação Infantil, em acordo com a LDB, na Seção II, Art. 31, “...far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Analisando o texto da Lei, compreende-se que esta avaliação deve ter, portanto, a finalidade de acompanhar o desenvolvimento da criança, através de observações, reflexões constantes e registros do professor sobre as diferentes manifestações de conquistas, dificuldades e possibilidades. Através da avaliação é possível, ao professor, dispor dos principais elementos para as correções no processo educativo, planejando e direcionando o trabalho pedagógico, compartilhado por todas as pessoas responsáveis pela criança (escola e família).

Conforme Fernandes (2007):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, **medir não é avaliar**, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação. (FERNANDES, 2007, p. 19).

Partindo deste pressuposto, Penna (2009) coloca que a avaliação é realizada através:

- Da observação e acompanhamento, ou seja, o ato de observar contribui tanto para que o professor possa perceber a singularidade e a integralidade das crianças, quanto para que possa realizar propostas de trabalho de acordo com suas necessidades. Enquanto as crianças realizam as atividades, o professor encoraja a livre expressão, criando oportunidades, permitindo-lhes conhecer melhor os seus interesses e compreender os processos de aprendizagem.
- De fichas individuais para o registro do desenvolvimento de cada criança, a fim de construir um entendimento, que possa ser compartilhado com seus pares, outros profissionais e com os pais. Por isso, quando se avalia desta forma, tem que se ter em mente que várias pessoas poderão ler a que servirá a vários propósitos.
- De relatórios contendo as falas das crianças: é preciso considerar, nos processos avaliativos das crianças pequenas, aquilo que elas apontam, ou seja, é preciso considerá-las também como sujeitos do processo, que contribuem através de participações, falas, conclusões, sugestões e socializações, as quais precisam ser descritas e salientadas para serem compartilhadas com os pais e equipe. (PENNA, 2009, p. 01)

De acordo com o que relata Fernandes (2007):

O professor, trabalhando na perspectiva da avaliação formativa, não está preocupado no dia-a-dia em atribuir notas aos estudantes, mas em observar e registrar seus percursos durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Pode, dessa forma, planejar e replanejar os processos de ensino, bem como pode planejar as possibilidades de intervenção junto às aprendizagens de seus estudantes. (FERNANDES, 2007, p. 30).

Hoffmann (2012), conclui que:

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas. (HOFFMANN, 2012, p. 09).

AValiação INSTITUCIONAL:

Para Gadotti (apud FERREIRA, s d, p. 01), “avaliação é um tema que qualifica a educação, como também, os serviços prestados pela instituição”.

Assim relata Ferreira, (s d):

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais

especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político pedagógico. (FERREIRA, s d, p. 01).

A avaliação é um instrumento, que possibilita conhecer a viabilidade de programas e projetos, podendo ser utilizada, também, para o redirecionamento de objetivos, quando necessário, ou para a reformulação de propostas e atividades.

Ela se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas.

Avaliar é saber ler e interpretar os comportamentos das crianças e, assim, melhor estabelecer as orientações da programação educativa. A avaliação é ato de conhecimento e de reconhecimento de valores e tem com base a subjetividade. Portanto, não existe uma única forma de avaliar.

Para que a avaliação se torne acreditável o máximo possível, pode-se definir alguns critérios: autoconsciência, saber ouvir o outro, observar, solicitar a colaboração da criança, deixar claro as intenções, estar atento sobre o perigo dos instrumentos e o equívoco das mensurações.

Uma interessante sugestão é construir um fascículo histórico pessoal de cada criança, uma linha documentada do percurso seguido pela criança na formação de sua identidade pessoal e cultural, um retrato da sua qualidade, das suas competências e das suas potencialidades.

ATUAÇÃO DO PROFESSOR/EDUCADOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O professor motivado, entusiasta, com autoconceito positivo, tem em mente que ao avaliar seu aluno, também estará avaliando seu trabalho. Aceitar que cada aluno é único, ímpar, e por si só, estabelece suas conexões de aprendizagem, organiza e reorganiza a estrutura do raciocínio lógico de diversas maneiras; é o primeiro aprendizado do professor. Transformará sua sala de aula em um laboratório de aprendizagens múltiplas, lugar onde professor e aluno são sujeitos do processo educativo, construindo e reconstruindo seu conhecimento. Suas aulas serão elaboradas com significados que transcendem as paredes de uma sala de aula,

seus alunos serão questionadores, criativos, investigadores. Portanto, professores e alunos, engajados em um mesmo raciocínio, com os mesmos desejos de aprendizagem, tornar-se-ão cúmplices do aprender a aprender.

A avaliação, na Educação Infantil, é realizada através de estratégias previstas na Proposta Política Pedagógica, que permitam o acompanhamento e o registro das etapas alcançadas nos cuidados e na educação das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebemos, com a elaboração da proposta pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, que este documento é essencial para nortear os trabalhos, sendo a base para todas as decisões, diante da demanda e necessidades da instituição.

Segundo Kramer (1999, apud BRASIL, 2006):

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir. (apud BRASIL, 2006, p. 12).

O caminho é conhecer a realidade do aluno, seus problemas e dificuldades, cultura e valores. Isto exige do gestor novas competências e aptidões cognitivas-atitudinais para que ele possa cumprir sua função nesta nova realidade socioeducativa, recriando e reinventando novas práticas, inovando e reestruturando o trabalho em equipe, tornando a escola autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Campos (2009, p. 07), ressalta que: “Atingir, concreta e objetivamente um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das

crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância, nos parece, nesse momento, o objetivo mais urgente”.

Concluindo, Brasil (2006):

A proposta pedagógica é a identidade de uma instituição educativa, no nosso caso, de uma instituição de Educação Infantil. Se você preferir, pode dizer que a proposta pedagógica é a “cara” de uma determinada creche ou pré-escola. É a “cara” de seus (suas) educadores (as), das crianças e famílias que a freqüentam. Ela revela seu contexto, sua história, seus sonhos, seus desejos, suas crenças, seus valores, suas concepções e, a partir disso, os princípios e as diretrizes que orientam sua ação de educar as crianças e cuidar delas. Revela suas formas de organização, planejamento, avaliação, suas articulações, suas dificuldades, seus problemas e a forma de superá-los. Uma vez que o processo de constituição de identidades é dinâmico, a proposta pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução. (BRASIL, 2006, p. 13).

A Proposta Política Pedagógica é indispensável para a construção coletiva de uma educação de qualidade.

É necessário um planejamento, com propostas definidas, formando um elo entre: direção, funcionários, pais e alunos.

Com a elaboração coletiva do PPP, o CEMEI passa a ter uma visão de ações educativas que deseja realizar para alcançar seus objetivos, voltados para uma educação de qualidade.

É na Proposta Pedagógica que a instituição caracteriza seu perfil, ao delinear sua filosofia. Tal proposta confere à escola a sua identidade. Trata-se do seu verdadeiro retrato, pois expressará a sua fundamentação filosófica, política e pedagógica, ou seja, o processo educativo em todas as suas dimensões e como pretende desenvolvê-lo.

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, evitando uma ruptura na formação integral da criança e sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação de cuidar e educar e enriquecendo seu viver.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Coleção PROINFANTIL. Unidade 4. Livro de estudo: Módulo III. Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Brasília. MEC. 2006. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012771.pdf>>. Acesso em: 05 Agos. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília. MEC/SEB. 2010, p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília. MEC/SEB. (2006, p. 36-37). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo Ambiente Educação (GAE/PROARQ/FAU/UFRJ). Documento elaborado por AZEVEDO, G. A. N.; BASTOS, L. E. G; RHEINGANTZ, P. A.; VASCONCELLOS, V. M. R.; AQUINO, L. M. L. Rio de Janeiro, junho de 2004. p. 15-16. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

CAIO EDUARDO, Ribeiro de Araújo. **Vida Cotidiana. Fatos Convencionais**. 2ª ed. Brasília: Cotidiano, 2014 .

CAMPOS. Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 6.ed. Brasília. MEC. SEB. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>>. Acesso em: 05 Agos. 2014.

CAMARGO, P. **Desencontros entre Arquitetura e Pedagogia**. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre. Ano VI. n. 18. P. 44-47. Nov. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto Manole. **Administração de Recursos Humanos - 7ª Ed.** 2008.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª Ed. Campinas. São Paulo. Papirus Editora. 2004. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=8530807340>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e financiamento da educação no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 29 Agos. 2014.

FARIA, Vitória. SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. 2.ed., [ver. e ampl.]. São Paulo: Ática. 2012, p. 38.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação** / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento JeaneteBeauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=17216>>. Acesso em: 01 Agos. 2014.

FERREIRA, Isaac. **Projeto Político Pedagógico**. Portal da Educação. Secretaria Estadual de Educação. Estado de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

FERREIRA, Renata delbianco Ritzdorf. **Avaliação Educacional e Projeto Político pedagógico**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm>>. Acesso em 01 Agos. 2014.

FOGAÇA, Jennifer. **Currículo no contexto escolar**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar.htm>>. Acesso em 22 Jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://files.pedagogiaunaes2010.webnode.com/200000237d3817d47b9/PedagogiaDaAutonomia.Freire.pdf>>. Acesso: em 30 Jun. 2014.

FREITAS, Francisca. **A tomada de decisões.** Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/a-tomada-de-decisoes>>. Acesso em: 31 Jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 19 Agos. 2014.

GUIMARÃES, Giselle Maria Brasileiro. **Educação do futuro para o futuro do seu filho.** 2012. Disponível em <<http://escolavirtualcesg2012.blogspot.com.br/2012/04/bom-dia-amores-da-vida-de-alguem.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 18.ed. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed. 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15519>>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

NONO, MaéviAnabel. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil** – Pesquisas e Práticas. UNESP. São Paulo. s. d. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf>>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial.** São Paulo: Editora Atlas, 1988.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf> Acesso em: 28 Mai. 2014 e 20 Jun. 2014.

PENNA, Paula. **Portfólios** – uma nova experiência em avaliação. 2009. Disponível em: <<http://penninha.blogspot.com.br/2009/10/portfolios-uma-nova-experiencia-em.html>>. Acesso em: 01 Agos, 2014.

REIS, Homero. **Os comportamentos que minam qualquer relação de trabalho.** Disponível em: <exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-comportamentos-que-minam-qualquer-relacao-de-trabalho>. Acesso em: 02 Agos. 2014.

RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico.** Colégio Alternativo. Rio Grande/RS, 2011. Disponível em:

<http://www.alternativorg.com.br/arquivos/PPP_EaD_2011.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil**. 9. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**. Disciplina: Projetos e Práticas Pedagógicas. 2. Ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Santo Antônio do Monte/MG, 2012. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da Diversidade**. São Paulo: Memmon, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs da cidade de São Paulo](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs_da_cidade_de_Sao_Paulo)>. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/TemposEspa%C3%A7osPara%20Inf%C3%A2ncia_SuasLinguagens_CEI_Creche_EMEI.pdf>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

SASSAKI, R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional**. Curitiba, PR: IESD, 2005.

SHIMIZU, T. **Decisão nas Organizações**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

THIAGO, L. P. S. **Espaço que dê espaço**. In: OSTETTO, L. E. (Org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas. Papirus. 2006. P. 51-62.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/>>. Acesso em: 30 Jun. 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas: fundamentos de defectologia**. Cuba, Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989. v. 5.